

125. 1072b27.  
 126. 1072a21.  
 127. Essa má tradução estraga o *Aristotle*, de W. D. Ross, Meridian Books, Nova Iorque, 1959, mas está misericordiosamente ausente de sua tradução de *Metaphysics*, em *The Basic Works of Aristotle*, de Richard McKeon.  
 128. *Philosophy of History*, Introdução, p. 9.  
 129. *Hegel's Philosophy of Right*, trad. T. M. Knox, Londres, Oxford, Nova Iorque, 1967, acréscimo ao parágrafo 2, p. 225.  
 130. *Wegmarken*, p. 19.  
 131. *Nicomachean Ethics*, 1175a12.  
 132. *Tractatus*, 401. Parece-me óbvio que a primeira teoria da linguagem de Wittgenstein está solidamente enraizada no velho axioma metafísico da verdade como *adequatio rei et intellectus*; a dificuldade sempre apresentada por tal definição é que essa equação só é possível como intuição, isto é, como uma imagem interna que copia os objetos visíveis sensorialmente dados. “A figura lógica de um fato”, que, de acordo com Wittgenstein, é um “pensamento” (sigo a Introdução ao *Tractatus*, de Bertrand Russell, na edição bilíngüe, Londres, p. xii), é uma contradição em termos, a não ser que se tome a “figura” como expressão metafórica. Certamente existe uma “relação que une linguagem e mundo”; mas embora tal relação seja possível, ela certamente não é uma “figura”. Se houvesse uma relação figurativa, toda proposição seria verdadeira, a não ser que capitulasse e repetisse um erro accidental na percepção sensorial (algo parece uma árvore, mas, para um exame rigoroso, acaba sendo um homem); posso fazer, contudo, uma enormidade de proposições sobre um “fato”; elas serão inteiramente significativas sem que sejam necessariamente verdadeiras: “o sol gira em torno da Terra”, ou “em setembro de 1939 a Polônia invadiu a Alemanha” — uma está errada e a outra é mentira. Mas há, por outro lado, proposições que são inerentemente inaceitáveis, como, por exemplo, “o triângulo ri”, citado no texto, que nem é uma verdade, nem uma falsa afirmação, mas uma coisa sem sentido. O único critério lingüístico interno às proposições é ter ou não sentido.  
 Em vista dessas dificuldades bastante óbvias e do fato de que o próprio Wittgenstein tenha posteriormente rejeitado sua “teoria figurativa das proposições”, é mais interessante descobrir como isso chegou a acontecer. Creio que há duas versões da coisa. Ele estivera “lendo uma revista na qual havia uma figura esquemática que representava a seqüência possível de acontecimentos em um acidente automobilístico. A figura, então, serviu como uma proposição; ela era como uma descrição de um estado de coisas possível. Tinha essa função de realizar uma correspondência entre as partes da figura e as coisas da realidade. Ocorreu então a Wittgenstein que se podia inverter a analogia e dizer que uma proposição funciona como uma figura, em razão de uma correspondência similar entre suas partes. O modo pelo qual as partes da

proposição estão combinadas — a estrutura da proposição — representa uma possível combinação de elementos na realidade.” (Ver “Biographical Sketch”, de G. H. von Wright, in Norman Malcolm, *Ludwig Wittgenstein: A Memoir*, Londres, 1958, pp. 7-8.) O que parece decisivo aqui é que ele não partiu da realidade, mas de uma reconstrução esquemática de um evento que, ele mesmo, foi submetido a um processo de pensamento, ou seja, ele partiu da ilustração de um pensamento. Em *Philosophical Investigations* (663), há uma observação que parece ser a refutação dessa teoria: “Se digo: ‘Eu represento ele’, algo muito próximo de uma figura vem à minha mente... mas é uma figura apenas como uma ilustração para uma história. Seria impossível concluir qualquer coisa somente partindo dela; apenas quando se conhece a história, pode-se saber o significado da figura.

A segunda versão da origem da “teoria figurativa das proposições” pode ser encontrada no próprio *Tractatus* (4.0311), e parece mais razoável. Wittgenstein, que substituiu sua antiga teoria da linguagem-jogo, parece ter sido influenciado por outro jogo, que muitas vezes animava a seriedade de seu tempo, o jogo dos *tableaux vivants*: as regras determinam que alguém deve adivinhar qual a proposição expressa pelo quadro-vivo, encenado por certo número de pessoas. “Uma palavra é representada por uma coisa, outra palavra por outra coisa, e elas são combinadas com uma outra coisa. Nesse caso, o grupo todo — como um quadro vivo — apresenta um estado de coisas”; supõe-se que isso realmente explique uma proposição.

Menciono isso tudo para indicar o estilo de pensamento de Wittgenstein. Ajuda a explicar “o caráter enigmático de sua filosofia posterior... que é tão fragmentada” e “não tem plano diretor” (Ver a excelente apresentação de David Pears, *Ludwig Wittgenstein*, Nova Iorque, 1970, pp. 4 e ss.). O *Tractatus* dá início a uma observação casual a partir da qual, contudo, seu autor estaria apto a desenvolver uma teoria consistente que o teria livrado de futuras observações episódicas e o teria capacitado para escrever um trabalho contínuo. A despeito de sua freqüente brusquidão, o *Tractatus* é totalmente consistente. *Philosophical Investigations* mostra como esse espírito incessantemente ativo funcionava de fato, se não de todo, pelo menos quase acidentalmente guiado por uma única pressuposição, como, por exemplo, a tese de que “deve haver... algo em comum entre a estrutura da sentença e a estrutura do fato.” (Russell, *op. cit.*, por exemplo, chama corretamente essa de “a tese mais fundamental da teoria de Wittgenstein”). A propriedade mais destacada de *Philosophical Investigations* é seu ritmo: é como pensar que alguém realizou a parada inerente ao pensamento no ponto em que todo processo de pensamento se deteve e todo o encadeamento interrompeu-se, recolhendo-se nele mesmo. A tradução inglesa mitiga isso um pouco, ao fazer o sempre repetido “*Denk dir*” corresponder a uma variedade de palavras tais como “suponha”, “imagine”.

133. *Philosophical Investigations*, nºs 466-471.